


1ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos SMED

Pauta: Planejamento dos trabalhos e votação de requerimentos

 **PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** (10h04min) Bom dia, senhoras e senhores vereadores. Então, no dia 14 de agosto, começamos a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as compras e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Educação. Gostaria de convidar a Ver.^a Cláudia Araújo para compor a Mesa, ela que é vice-presidente. E já temos aqui, ao meu lado, o Ver. Roberto Robaina, que é o relator da presente CPI. Procedo à chamada: Ver.^a Abigail Pereira. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente. O Ver. Claudio Janta se encontra? (Pausa.) Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Presente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Presente; Ver. José Freitas, (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.); Ver. Roberto Robaina, (Pausa.) Presente; e esta Vereadora. Temos quórum. Declaro aberta a reunião, passando então para o relator, Ver. Roberto Robaina, que fará, então, a leitura do plano de trabalho da presente CPI.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, bom dia. Bom dia, colegas. Tenho um requerimento a fazer, antes de qualquer outra leitura de plano de trabalho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Os requerimentos estão sendo protocolados via SEI, e podem ser indicados já para o Setor de Comissões.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Já está aqui, presidente. Eu gostaria de requerer...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos 13 requerimentos. Não existem, hoje, ferramentas que coloquem o requerimento na frente de apresentação do plano. Eu tenho certeza da ansiedade da senhora, de botar o seu requerimento, mas nós entendemos que você vai aguardar, como todos os outros.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Com certeza, porque na primeira reunião da CPI, foi o primeiro requerimento a ser feito, presidente, que foi o requerimento do Ver. Idenir Cecchim, e esse não foi votado em plenário. E eu gostaria de solicitar à senhora que revisse a sua fala na primeira reunião. E esse foi o primeiro requerimento de toda esta CPI; eu gostaria que ele fosse reconsiderado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, nós não começamos ainda a falar de requerimentos. Nós vamos falar agora sobre o plano de trabalho.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, eu estou falando do requerimento que foi feito no primeiro dia. Eu não estou falando de requerimento de hoje, estou falando do requerimento que foi feito no primeiro dia, e a senhora simplesmente indeferiu. Eu gostaria de saber...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então me passe. Qual que é o requerimento?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): O requerimento é da sua revisão, acatar o requerimento para a realização do pedido da eleição do relator desta comissão, que foi feito pelo Ver. Cecchim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, se todo requerimento que for indeferido for aqui novamente, cada sessão, solicitado, antes de a gente

aprovar o plano de trabalho, eu acho que nós estamos tendo uma ansiedade demasiada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, a senhora não é dona da CPI, e quero lhe dizer que eu não entendi em qual artigo que a senhora indeferiu o requerimento do Ver. Cecchim. Qual artigo?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu só gostaria de me manifestar, eu gostaria que o assessor não ficasse no ouvido da presidente, porque isso fica muito ruim. A senhora tem autonomia para definir o que a senhora deseja fazer.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só um minutinho, Ver.^a Cláudia Araújo. Eu tenho certeza que todos querem aqui falar. Nós temos uma fila. Nós estaremos votando e falando de qualquer requerimento aqui solicitado. Mas agora está definido que nós iremos falar sobre o plano de trabalho.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, eu estou falando do requerimento da primeira CPI, que a senhora indeferiu...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode... ele está indeferido..

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu gostaria de saber o artigo pelo qual...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não precisa...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Precisa, sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, ele já está indeferido no primeiro...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Qual artigo que a senhora define que está indeferido?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O art. 19, alínea *h*.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Que fala sobre o quê?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Vereadora é o item 19, alínea *h*.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Que fala sobre o quê, presidente?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora não tem o direito de ser ditadora nesta CPI!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós não estamos sendo ditadores.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): O plenário é pleno e é soberano. Um vereador desta CPI apresentou um requerimento, e a senhora indeferiu sem dizer a motivação. E nós estamos aqui querendo que esse requerimento seja discutido. Eu não reconheço o Ver. Robaina como relator desta CPI, pois ele não foi eleito!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, eu entendo a sua frustração... Vereador, quer perguntar também da sua frustração? Eu entendo, mas não temos nenhuma previsão...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, eu quero recomendar que os seus assessores, que faltaram à aula de hermenêutica, quando estudaram Direito, eles faltaram à aula de hermenêutica porque não sabem interpretar. Estão lhe passando interpretação errada, e a senhora aqui não pode se guiar por alguém que não sabe interpretar texto! Manda esses assessores estudarem hermenêutica!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, se vocês acham que a gente não sabe interpretar esse texto, vocês podem entrar na justiça, mas tendo em vista que nós sabemos interpretar muito o texto...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O seu assessor faltou à aula de hermenêutica, e a senhora está se baseando num erro.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vocês podem aqui atacar a presidente...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E a senhora não é dona da CPI, a senhora diz: “A minha CPI”. A senhora não é dona da CPI. A senhora está aqui casualmente se intitulado. E o Ver. Roberto Robaina também...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, qual é o seu requerimento?
Vereador, qual é o seu requerimento?!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O meu requerimento é que o Ver. Roberto Robaina desapeie do cargo porque ele nunca foi ungido...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Porque você não quer que eu exerça o meu livre arbítrio de ter, de acordo com o art. 19, alínea *h*, eu indicar o Presidente? Eu não posso indicar? A Presidente não pode indicar o relator?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, essa é a interpretação errada!
Essa é a interpretação errada!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, vocês têm outros mecanismos e não aqui virem aqui debater esse assunto. Esse é o medo que vocês têm de colocar um vereador de oposição na relatoria?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, baseado na sua ditatorial, a senhora está sendo uma ditadora, nós não vamos nos submeter a uma ditadora de plantão.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está indeferido o requerimento desde a semana passada. Eu sei que vocês podem solicitar muita coisa, mas eu entendo toda a sua vontade, mas me traga o artigo... Está indeferido...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Eu solicito verificação de quórum, por favor.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Verificação de quórum. Visivelmente nós temos quórum. Temos todos os vereadores aqui.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não existe “visivelmente há quórum”.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, eu queria fazer uso da palavra, fazer aqui um requerimento e uma constatação. Mas, primeiro, queria dizer aos colegas que isto é uma CPI, não é lugar de tumulto.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não parece.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E a vice-presidente dizer o que um assessor vai fazer ou não no plenário, isso não é prerrogativa da vice-presidência.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A prerrogativa é a presidente decidir quem é o relator. Isso é prerrogativa?

VEREADOR JONAS REIS (PT): A senhora respeite o Regimento, porque aqui barraco não vai haver. Aqui nós vamos fazer um trabalho sério. Se vocês querem blindar o governo Melo, vão blindar lá no Tribunal de Contas. Aqui nós vamos investigar, sim, a fundo...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos fazer legalmente o que tem que ser feito.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nós queremos saber, vice-presidente, onde estão os R\$ 110 milhões, e a senhora é uma que vai ter que explicar, que faz parte da base do governo. Mas eu queria aqui constatar, sabe o quê, presidente? Nós, em 2 de maio de 2023, fizemos o pedido de informações nº 365 à Secretaria de Educação, e o assunto era a destinação de livros didáticos do projeto Aprender Mais, da editora Inca Tecnologia, para as escolas da rede municipal de ensino. A partir de várias visitas que fizemos às escolas, presidente, nós constatamos problemas, e aí nós fizemos os seguintes questionamentos: se houve processo licitatório...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Isso é requerimento, presidente?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não sei, vocês fizeram o regimento de vocês aqui.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Requerimento é uma coisa, discurso é outra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, solicito que a minha fala seja garantida como foi a dos demais, que eles possam respeitar o trabalho da CPI.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Qual é o seu requerimento?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Se houve processo licitatório para a escolha da editora Inca Tecnologia para haver a distribuição dos livros didáticos para as escolas da rede municipal de Porto Alegre; quais as razões da escolha da editora Inca Tecnologia, para obtenção de livros didáticos entregue nas escolas. Quais os valores totais usados na aquisição dos materiais que englobam o projeto Aprender Mais da editora? Qual a fonte dos valores usados na aquisição dos materiais que engloba o projeto Aprender Mais da editora Inca Tecnologia? Quais os motivos de haver a distribuição de livros didáticos da editora Inca Tecnologia, se o MEC, através do Plano Nacional do Livro Didático, já fornece livros didáticos para as escolas públicas? Quais os motivos de ter ocorrido a entrega de livros didáticos apenas das disciplinas de matemática e língua portuguesa nas escolas da rede? Qual a média da quantidade de livros enviados para cada escola e quais os critérios? Se as equipes pedagógicas das escolas da rede municipal foram consultadas sobre o processo de seleção dos livros do projeto Aprender Mais. Diante do exposto, solicita-se que as devidas questões sejam elucidadas com a maior celeridade possível. Dia 2 de maio de 2023, presidente. Então, aqui nós fizemos o requerimento, está no sistema, para que a gente possa compreender como que escolheram uma empresa para trazer livro repetido se o MEC já fornecia, e milhões de reais foram gastos enquanto hoje faltam professores na rede municipal? Isso é um escândalo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Jonas Reis. Eu entendo que todos querem falar dos seus requerimentos, nós vamos agora, desculpe, Ver.^a Abigail, primeiro aprovar o plano de trabalho para que depois tenhamos...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Tem que fazer a chamada, primeiro é a verificação de quórum!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós já fizemos a chamada, há dez minutos, agora nós estaremos aprovando...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Pedido de verificação de quórum! Aqui a senhora não vai fazer o que quiser.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós vamos só terminar a fala do relator. Eu vou terminar a fala. Se vocês quiserem sair, e não ouvir, não tem problema, mas nós vamos terminar o planejamento.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Cecchim, o senhor se comporte; Ver. Cecchim, será feito de acordo com o Regimento, não há nenhum problema. Minha questão de encaminhamento, para o Ver. Cecchim ter clareza, e a Ver.^a Nádia...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quais vereadores gostariam de se ausentar agora?

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vocês não podem sabotar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Vocês não podem sabotar...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mari, uma questão de ordem!

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria consultar, presidente Mari, com a sua licença, porque o Ver. Cecchim, que é líder do governo, preside uma Comissão Parlamentar de Inquérito, está presidindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito; ele está atuando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, fazendo um pedido de, fazendo uma questão de ordem. Se o Ver. Cecchim continuar não atrapalhando – gostaria que o senhor não atrapalhasse. O que eu estou falando... Eu estou falando, eu gostaria que o senhor escutasse, que o senhor respeitasse. Eu respondo pela relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, e o senhor está atrapalhando a CPI.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu queria fazer uma consulta, eu queria fazer uma consulta para a direção; não, para a Diretoria Legislativa. Eu tenho a interpretação, eu tenho interpretação que não compete uma verificação de quórum, cujo o objetivo é sabotar a CPI – essa é minha opinião política, mas eu quero fazer uma consulta à Diretoria Legislativa...

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Claramente, Ver. Roberto Robaina, porque a minha pergunta é a seguinte: nós podemos...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A questão de ordem, presidente Mari...

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu quero saber se compete uma questão de ordem como verificação de quórum, quando já foi instalada a CPI? Queria saber se tem esse instituto? (Pausa.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu entendo; nós estamos aprendendo aqui sobre tecnologia, calma. Estamos aprendendo como é que faz isso daqui. O Regimento, todos nós sabemos; nós estamos aprendendo como

usar esse *tablet* aqui, daqui a pouco lá nas escolas onde sobra tecnologia, onde estão sobrando Chromebooks, seria mais tranquilo. (Pausa.) Vereador, eu entendo a vontade de me xingar, mas eu entendo também que o governo tem que responder tantas coisas para população. Vereadora Abigail, a palavra é sua, porque todos falaram e a senhora...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Deixa a vereadora falar; depois nós vamos fazer a sua verificação de quórum. Você quer passar na frente de uma mulher, você quer passar na frente da Ver.^a Abigail que não pode fazer um aparte? A última sessão, eu não encerrei antes de o Ver. Moisés falar, ele solicitou, ele pode. Vai ao microfone...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu quero saber se o microfone foi substituído pelo *tête-à-tête* com a Mesa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É isso aí, vereadora, é a sua fala.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu estou perguntando, presidente, por que ora é verificação de quórum, ora é lá atrás, quando foi instalada a CPI, o Regimento, ora é o *banner* ali colocado, ora é verificação de quórum, ora são gritos. O que é isso, senão nervosismo exacerbado por conta de uma matéria que está na boca de todo mundo? Eu quero pedir uma questão de ordem: a Mesa iniciou dizendo que vai apresentar o seu plano de trabalho, a sua dinâmica da CPI; que possa dar andamento e que os membros, os membros respeitem quem foi eleito. E eu peço à Ver.^a Cláudia, que respeitem os nossos assessores, eles são orientados para nos assessorarem, esse é o papel deles, e a senhora não vai impedir que a assessoria possa cumprir com o seu papel. Foi uma falta de respeito total, eu peço que a senhora se retrate. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vou solicitar sem gritos. A senhora cumpra com o seu dever e cumpra com o pedido de verificação de quórum. Por favor, bem baixinho para não parecer que é gritaria.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E baixinho, eu gostaria de aproveitar que pedisse desculpas para a assessoria que está trabalhando aqui atrás por ter falado mal também dos assessores que estão aqui. É a capacidade deles de estarem aqui, fazendo o que estão fazendo eles aqui.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, as cadeiras estão postas para o diretor legislativo, para a presidente e para, quando for eleito, o relator, que não é.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ele está de pé. Você poderia ser educado pelo menos com as pessoas que trabalham nesta Câmara de Vereadores. Pode xingar vereador aqui, mas não o resto da assessoria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, eu só pedi... Não, quem fez o pedido foi outro vereador, não fui eu, mas a senhora quer imputar...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É bonito da sua parte se desculpar, é bonito. Vamos desculpar, equipe.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora quer imputar a mim, mas não fui eu que pedi. Não fui eu que pedi. A senhora não vai botar palavra na minha boca.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está bem, então. E xingar a assessoria é normal para o senhor?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Assessoria é assessoria...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então é!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Ainda bem que a senhora não diz “meu time”. A senhora sempre trata eles como “meu time”, como se fossem jogadores de futebol, de vôlei ou de alguma coisa; eles são seus assessores, e isso eu respeito.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu tenho certeza que você...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E a senhora não pode ser...

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Cecchim, o senhor quer verificação de quórum ou quer seguir atrapalhando a CPI?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Verificação de quórum, nominal.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Está bem, então vamos passar à verificação de quórum. Procedo à chamada: Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Não se encontra, vice-presidente da então comissão; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Presente; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Fugiu, desculpe, não se encontra; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Não se encontra, estava aqui há poucos segundos; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Presente; Ver. José Freitas. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Mari Pimentel aqui presente; Ver. Mauro Pinheiro está no plenário ou não está no plenário? (Pausa.) Como é que eu interpreto? Para fora está, ou não está? Ah, não está. Ver. Idenir Cecchim, está ou não está?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Estou aqui.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quando eu falei o seu nome, você estava na porta, isso como é que eu interpreto?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Atendi ao seu chamado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ah, está. Lendo o Regimento, a gente entende que, na porta, é meio sim, meio não. Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Psicóloga Tanise. (Pausa.) Também não se encontra; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Encontra-se.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, o Ver, Mauro Pinheiro se encontra ou não se encontra?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, no Regimento a gente não tinha antigamente essa parte ali que é o vidro...

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não se encontra, é isso, Mauro Pinheiro? Está se declarando ausente. Ok, é que eu estou vendo o Mauro Pinheiro e fiz a pergunta. Ele está se declarando ausente. Isso acontece, é uma decisão política. As coisas são claras aqui. Eu queria, Ver.^a Mari, presidente da Comissão, não teve quórum, pelo que eu vi.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Pelo jeito não temos quórum, vereador.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): São quantos presentes?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos seis presentes. Na verdade, o Ver. Mauro Pinheiro, eu estou considerando como não presente.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não presente.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): E daqui a pouco eu posso considerar ele não presente e termos uma interpretação de que ele está presente, porque nós olhamos ele e ele não nos olha.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O presentes são Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Roberto Robaina, Ver. Jonas Reis, Ver.^a Biga Pereira e Ver. Claudio Janta. Somos seis.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Falta um para o quórum.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Por um vereador, não temos quórum. Acho bom apelarmos aos vereadores que estão na CPI para que venham.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É, mas eu queria dizer o seguinte, Ver. Robaina, o senhor falou que é uma decisão política, mas tem gente aqui dentro do café e tem gente lá para trás do plenário.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tudo bem.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isso é uma vergonha para Porto Alegre!

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Jonas, Ver.^a Mari Pimentel, com todo o respeito, é evidente que tivemos quórum no início da CPI.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Estava faltando apenas um vereador no início, nós tivemos a instalação da CPI, aí teve o pedido do Ver. Cecchim, de verificação de quórum, eu pedi que o diretor legislativo desse uma opinião sobre isso, por quê? Porque sobre o tema Comissão Parlamentar de Inquérito há uma parte específica do Regimento que trata assunto. E aí, bem, há discussões sobre a questão do Regimento...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E uma coisa que a gente tem no Regimento, Ver. Roberto Robaina, é a possibilidade de termos uma outra sessão, nesta semana. Então eu vou suspender, antes de encerrar a sessão, por dois minutos, caso não tenhamos quórum. Eu entendo que Porto Alegre, para conseguir dar andamento a esta CPI, fará uma convocação para sexta-feira, às dez horas da manhã, sendo eu a presidente da então CPI, convocando. Então eu vou suspender por dois minutos a presente reunião, antes de derrubá-la, tendo em vista que muitos vereadores estão decidindo se virão ou não virão e como nós estamos tendo a TVCâmara aqui reportando e trazendo todas as informações, pode ser que a gente tenha uma situação que mude em dois minutos. Muito obrigada e já agradeço também a presença do deputado aqui conosco, participando da então reunião. Obrigada.

(Suspendem-se os trabalhos às 10h26min.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h31min) Estão reabertos os trabalhos. Gostaria de convocar, dando prosseguimento à sessão, os membros da comissão, para voltarmos ao nosso trabalho, o relator Roberto Robaina para fazer uso da palavra e ler a proposta de trabalho. Antes disso, nós vamos ler novamente o quórum. Vereador, eu posso fazer a verificação de quórum novamente? Eu tenho certeza que o senhor gostaria de ver isso. Então vamos passar. Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Não se encontra; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Presente; Ver.^a Comandante

Nádia. (Pausa.) Não se encontra; Ver. Cecchim. (Pausa.) Você se encontra ou não se encontra? (Pausa.) Não se encontra; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Se encontra; Ver. José Freitas. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Mari Pimentel, Presidente. Se encontra; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Não se encontra; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Não se encontra; Ver.^a Tanise Sabino. (Pausa.) Não se encontra; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Se encontra. Vereadores que aqui estão presentes, imprensa e público que nos acompanham, de acordo com o Regimento da Câmara, compete a então presidente fazer a interpretação de como se darão as regras da Comissão Permanente de Inquérito. Tendo em vista que eu sou a presidente, declaro que a Comissão pegará a sua presença apenas no início de cada sessão. Tendo em vista que o quórum estava completo no início da sessão e usando então o Regimento da Câmara de Vereadores, nós passamos a palavra ao Ver. Roberto Robaina para fazer uso e apresentar aos vereadores aqui presentes a proposta de trabalho da comissão. Os vereadores que quiserem se somar, ao longo do trabalho, fiquem à vontade, pois nós sabemos que demorará pelo menos uns 10 minutos para ler a proposta de trabalho. Depois todos os membros receberão para poder aprovar ou rejeitar. Obrigada.

VEREADOR-RELATOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mari, eu acho que é evidente que nós tivemos uma crise nesta sessão, por conta de uma opção que foi feita por uma parte dos vereadores, de não dar quórum depois da instalação da própria sessão. E a senhora, desse ponto de vista, fez a interpretação de que o quórum que havia sido confirmado no início da sessão segue valendo. Tendo em vista essa sua interpretação e também a necessidade de a sociedade conhecer um pouco a proposta de trabalho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pretende estabelecer, eu vou passar à leitura da proposta de planejamento desta comissão parlamentar. Isso serve para o conhecimento da imprensa, serve para o conhecimento e para a apreciação dos vereadores e das vereadoras, das assessorias, serve para que a gente possa refletir, votar esse plano de trabalho e seguir esse plano de trabalho na medida

em que ele seja votado. “A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tramita nesta Casa Legislativa por meio do processo SEI nº 055.00006/2023-37 e tem por finalidade investigar compras e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre a partir de 2021. O requerimento, registrado sob o nº 0567547, foi assinado por 12 vereadores e apresentado em 5 de junho de 2023. Após, o mesmo recebeu parecer favorável exarado pela procuradoria da Casa, sendo deferido pela presidência em 30 de junho. Ouvidos os líderes, a presidente emitiu o termo de homologação em 1º de agosto, sendo designados os seguintes membros: bloco PCdoB/PSOL/ PT – Ver. Roberto Robaina, Ver. Jonas Reis, Ver.^a Abigail Pereira; bloco PL/Cidadania/PTB – Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver. Mauro Pinheiro; bloco PODEMOS, Republicanos – Ver. José Freitas; PSDB – Ver. Moisés Maluco do Bem; MDB – Ver. Idenir Cecchim; PP – Ver.^a Comandante Nádia; NOVO – Ver.^a Mari Pimentel, que é a presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; PSD – Ver.^a Cláudia Araújo; Solidariedade – Ver. Claudio Janta. São os membros que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito. A comissão foi instalada em 7 de agosto, quando se definiram as segundas-feiras, das 10h às 12h, para realização das reuniões ordinárias. Foi eleita vice- presidente a Ver.^a Cláudia Araújo, e designado, pelo Regimento Interno, o relator Ver. Roberto Robaina. O prazo de funcionamento da comissão é de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias.” Para que conheçam um pouco a ideia do procedimento investigativo, o que tem muita importância. Sempre uma CPI tem resistências, sobretudo nessa parte, mas o procedimento investigativo para a consecução dos objetivos da CPI pressupõe, mediante aprovação de requerimento devidamente justificado, os seguintes itens: “A – acesso a processos administrativos, registro de comunicações, agendas, atas de reuniões e demais documentos relacionados a agentes públicos e políticos vinculados ao Poder Executivo Municipal de Porto Alegre no período analisado; B – amostras dos materiais adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação no período analisado; C – oitiva de testemunhas, autoridades, servidores e investigados; D – acareações; E – compartilhamento de documentos com órgãos investigativos e de controle; F – demais diligências

e meios de prova, desde que demonstrada a pertinência para investigação”. Esses são os itens, Ver. Jonas, sobre os procedimentos investigativos. Sobre o planejamento dos trabalhos: “A diversidade de atos investigados e a participação de agentes específicos em múltiplos processos impõem especial dificuldade na fixação, de antemão, de um cronograma pré-determinado para os trabalhos. Com objetivo de assegurar a eficiência e a coordenação adequada, a presidência assumirá a responsabilidade de definir a pauta das reuniões, preferencialmente com a antecedência mínima de três dias úteis, levando em consideração a disponibilidade dos convocados, os documentos recebidos e os fatos já apurados. Dessa forma, garantimos uma abordagem estratégica que otimiza recursos humanos e possibilita uma investigação minuciosa e justa, evitando retrabalho. Esses itens são ligados ao planejamento do trabalho e ao planejamento também das oitivas. Sobre as regras para os requerimentos: “Os requerimentos deverão ser formulados no sistema SEI, cada qual em novo processo, através de requerimento de vereador, direcionados à unidade ‘CPI Contratos SMED’, ou por escrito, digitado e impresso durante a reunião. O requerimento de oitiva de pessoas deverá conter justificativa clara e expressa, demonstrando a pertinência temática, o qual passará pelo crivo da presidência. Os vereadores que apresentarem requerimento de oitiva de pessoas deverão indicar à Seção de Comissões, no prazo de até três dias após a aprovação do mesmo, a localidade onde a pessoa indicada poderá ser encontrada – endereço, local de trabalho, telefone, etc. Após o protocolo do requerimento, desde que cumprido os requisitos mínimos de admissibilidade, o mesmo será levado para apreciação até a sessão subsequente à apresentação. Os requerimentos sujeitos à deliberação do plenário poderão ser encaminhados pelos vereadores membros da presente comissão, nos termos do registro do Regimento Interno. Regras para oitivas de testemunhas investigados: uma vez aprovados os requerimentos de convocação de testemunhas investigados, caberá à presidência a inclusão da oitiva na pauta da comissão. Será oportunizado ao convocado o tempo de 10 minutos para exposição inicial antes das perguntas dos vereadores. Após o fim do depoimento inicial do convocado, a presidência e

o relator poderão fazer perguntas; depois, os inscritos poderão fazer até 3 perguntas que deverão ser formuladas dentro do prazo de 3 minutos. Em caso de necessidade, após o fim de todos os inscritos, poderá haver a segunda rodada de perguntas sob as mesmas regras da primeira rodada. As perguntas serão formuladas pelos membros da CPI diretamente à testemunha, começando pelo Presidente e depois pelo relator, não se admitindo aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da CPI ou importarem repetição de outra já respondida. O Presidente e o Relator poderão inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelos membros. As testemunhas devem ser tratadas com urbanidade, não se lhes fazendo perguntas ou considerações impertinentes, capciosas, protelatórias ou vexatórias. Sobre os prazos para respostas de diligência e para o comparecimento de pessoas. A administração pública municipal terá o prazo de até 15 dias para prestar as informações solicitadas por esta CPI (art. 60 da Lei Orgânica). O prazo para a resposta de diligências de órgãos ou poderes não pertencentes à estrutura municipal bem como dos entes privados será de cinco dias (art. 212, § 3º do Código de Processo Civil). A antecedência mínima para convocação será de três dias úteis (art. 138 do Regimento Interno). Quórum. Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito serão destituídos caso não compareçam a três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco intercaladas sem motivo justificado” – para esclarecer, isso não é nenhuma pretensão ditatorial de ninguém, é o artigo 61 do Regimento Interno que prevê a destituição dos membros da comissão parlamentar de inquérito que não comparecerem a três reuniões ordinárias consecutiva. A base legal da CPI se encontra no Regimento Interno, nos artigos 66 a 71; na Lei Orgânica, nos artigos 59 e 60; na Resolução de Mesa nº 530/2018, SEI da Câmara de Porto Alegre; na Lei nº 1.579/52, que é a lei da CPI; no Decreto-Lei nº 3.689/41, que é o Código de Processo Penal; na Lei nº 13.105/2015, Código de Processo Civil; nos pareceres da Procuradoria da Câmara que tenham como objeto comissões parlamentares de inquérito. Presidente Mari, eu quero ressaltar que a base legal da CPI, os pareceres da Procuradoria da Câmara Municipal que tenham como objeto comissões

parlamentares de inquérito, foi justamente um dos pareceres que a senhora se baseou para designar essa relatoria, que é o parecer da Procuradoria, portanto base legal da Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com o seu Regimento Interno, além da Resolução nº 93/70, do Regimento Interno do Senado Federal, e a Resolução nº 17/89 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Feita a leitura da proposta de planejamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, passo novamente a palavra para a Ver.^a Mari Pimentel, presidente desta CPI.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Nós iremos então verificar o quórum para votar o plano. Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ausente; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Presente; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Ausente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Ausente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Presente; Ver. José Freitas. (Pausa.) Ausente; Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Ausente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Ausente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ausente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Tendo em vista que não há quórum, já aproveito a oportunidade, eu sei que tem um aparte antes de eu encerrar, para terça-feira, amanhã, às duas horas da tarde, e gostaria de reforçar, uma vez que aqui o vereador já trouxe as regras, que será uma reunião ordinária, e eu sei que temos muita assessoria aqui e temos a imprensa. Então qualquer vereador que não compareça a três reuniões ordinárias consecutivas, e aqui nós listamos na base de oito vereadores que não estiveram presentes, então somando mais uma não presença em reunião ordinária, nós temos, então, com três consecutivas, a bancada ou o partido perdendo a sua cadeira aqui na comissão de inquérito. Então não é substituído por um outro vereador, Ver.^a Biga Pereira e Ver. Jonas Reis, o que acontece é que a bancada, ou então o partido perde a sua cadeira aqui na presente comissão. Ver. Jonas Reis, gostaria de lhe conceder a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente, mais uma vez lamentando o episódio de hoje, pela falta de postura política e de ombridade também por parte de alguns vereadores quanto aos servidores da Casa; servidores da Casa estão servindo à população aqui; não devem ser objeto de ataque nem objeto de conversas nos corredores. Eu quero dizer o seguinte: a minha assessoria vai ouvir a mim, e eu não quero que nenhum vereador se dirija a minha assessoria, porque eu vi hoje vereadores do governo se dirigindo às assessorias dos demais partidos. Os meus assessores estão lotados no meu gabinete. Portanto, eles respondem a mim e conversam comigo no plenário. Se houver alguma afronta aqui, de algum vereador ou vereadora, isso configurará assédio; assédio nós não aceitaremos por parte de parlamentares da capital. Queria dizer, vereadora-presidenta, que nós fizemos aqui um requerimento *on-line* que é para que a empresa Mind Lab e Inca Tecnologia, que essas duas empresas compareçam à CPI para darem os devidos esclarecimentos sobre todo esse processo que envolve dinheiro, páginas policiais na Zero Hora, entre outros veículos, e toda essa polêmica na cidade sobre os R\$ 110 milhões da educação, que nós queremos saber onde estão. Infelizmente, eu vou triste agora para o meu gabinete, por que Porto Alegre paga o nosso salário para a gente ficar escondido? Não! Nós queríamos estar aqui na CPI, mas Porto Alegre está vendo quem não quer CPI, que é a base governista do Melo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver.^a Mari, é uma questão de esclarecimento, até porque a gente viu alguns vereadores e vereadoras literalmente fugindo deste debate; eu não vejo outra palavra, fugiram deste debate, e estão visivelmente desesperados frente a esta situação, mas vão ter que dar essas explicações para a sociedade de Porto Alegre. Por isso eu peço um esclarecimento, porque a senhora havia falado que a nossa próxima reunião seria na sexta-feira, e agora me pareceu que você falou em terça-feira.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sexta-feira, às 10h da manhã. Conforme solicitado pela senhora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem. Obrigada.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver.^a Mari Pimentel, eu queria fazer uma intervenção, não na condição de relator, e por isso que eu quis fazer a intervenção aqui do plenário, porque nós estamos... Eu queria apontar e inclusive colocar esse tema para a sua assessoria, que é uma assessoria competente, ao contrário do que disse o líder do governo, e é o temor que o líder do governo tem da sua assessoria, em primeiro lugar, que ele fez o que fez aqui neste plenário, tentando intimidar a senhora como presidente, gritando com o dedo na cara, com a sua característica má-educação, que é o que mais caracteriza o líder do governo na Câmara: prepotência, má-educação e machismo; e quando tem força, usa a força política para sabotar a instituição, porque foi isso que o governo fez aqui. O governo sabotou, está sabotando a instalação da CPI. E é para isso que eu quero chamar a atenção. A senhora, corretamente, fez a leitura, fez a chamada, nós tivemos quórum. O líder do governo, depois de fazer uma certa bagunça aqui no plenário, fez o pedido de verificação de quórum, quando já estava caracterizado que tinha quórum. Ele fez esse pedido por uma razão política, o líder do governo tomou uma decisão de sabotar a instalação, não permitindo sequer a aprovação do plano de trabalho. Eles não querem sequer o plano de trabalho aprovado, eles não querem CPI funcionando. Porque a CPI que o líder do governo preside, que eu saiba, teve quórum, foi instalada. Só que nessa CPI que o líder do governo preside não vai ter nenhuma investigação. Eles fizeram uma CPI para que não tenha CPI. Perguntaram a ele na Rádio Gaúcha por que é que havia duas CPIs; faltou só dizer que o governo fez a CPI porque ele não quer que haja CPI. Então ele inventou uma para chamar de sua, mas a CPI verdadeira é esta que a senhora está presidindo e o governo está sabotando. Nós vamos ter que estudar como nós vamos fazer a resistência parlamentar diante dessa sabotagem, porque o governo tem a maioria, e nós vimos que, com a maioria que eles têm, eles tiraram o quórum. Fizeram isso, tiraram o quórum, com a maioria que têm. Porque o quórum é de sete

vereadores, e nós conseguimos aqui exatamente seis vereadores. É importante que a sociedade saiba quem são os seis: está lá o Ver. Janta – do início ao final, está aqui o Ver. Jonas Reis, a Ver.^a Abigail, eu – Roberto Robaina, a Ver.^a Mari Pimentel e o Ver. Cecchim. Então, na verdade, nós temos cinco de um total de 12. Comissão Parlamentar de Inquérito é justamente um instrumento de minoria, é por isso que com 12 membros se pode instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Só que como ela é formada proporcionalmente, sempre quem tem maioria, tem a maioria na comissão e, às vezes, pode conseguir, com a sua maioria, evitar a instalação da própria comissão. Por que eu estou dizendo que nós vamos ter que estudar esse assunto? Porque é possível, Presidente Mari, que nós tenhamos que fazer ação judicial, nós temos que estudar uma ação judicial para garantir que a comissão parlamentar funcione. E eu vou colocar o seguinte problema: nós temos, no regimento, a previsão de que, com três faltas consecutivas, o vereador ou a vereadora sai da comissão parlamentar, ele é destituído da Comissão Parlamentar de Inquérito sem substituto. Eu tenho a interpretação de que isso deve ser aplicado quando não tem quórum, mas nós precisamos fazer valer essa interpretação, porque vai haver contestação de que, se não há instalação... E vejam só a situação kafkiana que nós podemos ter: se não há quórum, não se define a ausência, porque, por analogia ao plenário da Câmara, e essa analogia que aqueles que querem sabotar a CPI vão fazer, por analogia ao plenário da Câmara, quando não há quórum na sessão, o vereador que não está presente ele não tem ausência marcada, ele não ganha falta – quando não há quórum na sessão ninguém ganha falta. Então, esses vereadores que querem sabotar a CPI vão tentar, mais uma vez, manobrar para tentar impor essa interpretação. Então, eu quero dizer para a senhora que está fazendo um trabalho muito sério – muito sério! –, que investigou junto com vários vereadores, com o Jonas, com o Prof. Alex, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público de Contas, espero que, logo mais, com a polícia – porque eu acho que a polícia ainda não entrou, mas eu acho que já é caso de entrar, porque, afinal de contas, eu estou vendo que há fraude na tomada de preços, então, a polícia tem que entrar! Mas a senhora fez uma investigação muito séria até agora, e é

por medo dessa investigação que... Aliás, hoje mesmo nós tivemos no jornal, no grupo de investigação da Zero Hora, da RBS, mais uma demonstração de que o governo sabia o que estava ocorrendo. Então, eles querem evitar que a sociedade saiba. E eu acho que nós vamos ter que lutar para que a instituição funcione, para que o direito à CPI seja, de fato, exercido aqui na Câmara. Então, eu queria parabenizar o seu trabalho e dizer que nós vamos ter que estudar, inclusive medidas judiciais, para garantir que a CPI funcione. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador. Não tendo mais inscritos, declaro encerrada a presente reunião, convocando todos para reunião ordinária na sexta feira, às 10h, neste plenário. Conto com a presença de todos os vereadores, reforçando a regra da comissão. Muito obrigada.

(Encerra-se a reunião às 10h54min.)